



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VI Legislatura**

**Número: 80**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 15 de Julho de 1999**

**Presidente:** *Deputado Humberto Melo*

**Secretários:** *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

### **Sessão Solene de Boas-Vindas a Sua Excelência o Presidente da República**

#### **Sumário**

*Os trabalhos tiveram início pelas 12,20 horas*

Na **Sessão Solene de Boas Vindas a Sua Excelência o Presidente da República**, usaram da palavra, Suas Excelências o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Eng.º Humberto Melo, e o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

*A Sessão terminou pelas 12,50 horas.*

---

**Presidente:** Em nome de Sua Excelência o Presidente da República, declaro aberta a Sessão.

Senhor Presidente da República, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente do Governo Regional, Senhor Presidente da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Senhor Comandante Operacional dos Açores, Senhor Bispo dos Açores, Excelência Reverentíssima, Senhores Secretários e Sub-Secretário Regionais, Senhores Deputados à Assembleia da República, Altas Autoridades Cívicas e Militares, Ilustres Convidados, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A Assembleia Legislativa dos Açores, reunida em sessão plenária, especialmente convocada para o efeito, sente-se honrada com a presença de Sua Excelência, o Presidente da República. É com especial regozijo que dá as boas-vindas e recebe o mais alto Magistrado da Nação, nesta que é também a Sua Casa.

Vossa Excelência dignou-se abrir a nossa sétima legislatura. A Vossa presença, de novo, entre nós, reveste-se, portanto, de um significado simbólico marcante - prova o Vosso interesse pelos nossos trabalhos, e, por esta via, o Vosso interesse pelos Açores e pelos açorianos. Seja-me, pois, permitido, em meu nome e no de todos os açorianos, reiterar-lhe a grata satisfação de o termos entre nós.

É meu privilégio saudar o Senhor Presidente da República e a Sua Senhora, D. Maria José Ritta.

A visita do Chefe do Estado, à Região Autónoma dos Açores, é o sinal mais evidente do empenho que, no exercício das Suas altas funções, não deixará de colocar às particulares características e necessidades decorrentes da nossa condição insular. Dá-nos, por isso, ânimo para vencermos os desafios do desenvolvimento social e económico que nos esperam. Mais ainda, quando estes rochedos, onde vivemos, são assolados por catástrofes naturais que, sistematicamente, fustigam a vida humana, desde o seu povoamento há meio milénio atrás. A última das quais — o sismo de 9 de Julho de 1998 — continua bem viva na nossa memória e na vida diária das comunidades de São Jorge, do Pico e, de uma forma mais trágica, da ilha do Faial, que hoje nos acolhe.

Passado pouco mais de um ano, cabe realçar os sentimentos humanitários e de solidariedade que emergiram e destacar a coragem e a determinação com que as famílias afectadas enfrentaram os desígnios da Natureza.

É, assim, sem medo e com labor, que estamos sempre construindo e reconstruindo.

Senhor Presidente,

A Assembleia Legislativa, a que me cumpre a distinção de presidir, é a consubstanciação do ideário democrático. É a instituição onde o povo açoriano se vê, democraticamente, espelhado nas suas idiossincrasias e nos seus anseios de progresso e de conquista da modernidade. A visita do Presidente da República é, portanto, um bom augúrio, pois não poderá deixar de constituir sinal positivo forte, de uma renovada disponibilidade dos órgãos de poder do Estado, para o aprofundamento e fortalecimento do projecto autonómico português.

O triénio que acaba de findar, com este ano parlamentar, fica, indelevelmente, marcado pelo salto qualitativo que a última revisão constitucional e a alteração do Estatuto Político-Administrativo trouxeram ao regime de autonomia democrática. Com o empenho dos partidos políticos, os Deputados, num trabalho de espírito aberto e de diálogo, conseguiram a consensualização de todas as propostas, privilegiando o que é verdadeiramente estruturante em detrimento do conjuntural. Valorizou-se o Parlamento que viu aumentadas as suas competências legislativas e dignificada a sua presença na vida política, social e económica.

Mais do que um contributo para a solução de novos problemas, a Constituição e o Estatuto devem ser a base jurídica imprescindível para a solução de todos os problemas, balizando o quadro referencial das respostas aos anseios do nosso povo.

Foi e é esse o caminho. Importa, no entanto, vencer os obstáculos da jurisprudência restritiva que ainda persistem, por forma a dar-se conteúdo real e objectividade aos processos de aperfeiçoamento e de revisão das nossas leis fundamentais.

A atribuição a esta Assembleia de novos papéis e de uma renovada capacidade de intervenção política, na definição dos rumos a percorrer, foram objectivos conseguidos. Muitas são as dificuldades que se nos erguem. A acrescida capacidade de intervenção da Assembleia conduz a que dela o povo espere mais, e cada vez mais. O que está em causa, mais não é do que expressão da própria essência das sociedades democráticas, nas quais a conquista do progresso é tarefa sempre inacabada, já que cada patamar de modernidade e bem estar que se atinge leva à abertura de outros.

Por tudo isto, perspectivamos a autonomia como um projecto dinâmico; um regime político sempre em evolução. Tal como a sociedade não é estática, também a organização política que lhe corresponde não pode estagnar ou permanecer congelada no tempo, pelo

contrário, tem que acompanhar de perto as expectativas e os anseios das populações. Qual sistema de vasos comunicantes, a vida política de um povo — a autonomia, no nosso caso — não pode ser compreendida fora da complexidade social que manifesta. É nesta precisa medida que a autonomia constitui instrumento de desenvolvimento.

Para nós, é mesmo sinónimo de desenvolvimento, a par do princípio correlativo da subsidiariedade. Cara e coroa de uma só moeda, ambas impõem-se como meios de construção: da Região, do Estado e da própria União Europeia. Daqui decorre que perspectivemos a autonomia, sem complexos, num contexto de afirmação dos órgãos de governo próprio da Região, no País e na União Europeia. A autonomia não é fonte de separação, mas de integração. Com ela e a sua desejada dinâmica não nos propomos desgarrar dos núcleos civilizacionais em que naturalmente nos integramos; antes, permite a afirmação simultânea da nossa pertença e da nossa individualidade e reclama que sejamos nós a construir o nosso futuro e, também, que possamos contar, nesta tarefa, com a solidariedade daqueles com quem nos constituímos: as comunidades nacional e europeia.

É isso que os Açores desejam.

A recente Lei de Finanças das Regiões Autónomas veio trazer um novo e clarificado quadro de relacionamento financeiro da Região com o Estado. Queremos, ainda, que ela constitua um verdadeiro instrumento tendencialmente potenciador da nossa convergência real, vencendo o fosso que nos separa dos patamares médios de desenvolvimento do País. Essa caminhada exige um fôlego redobrado do crescimento económico, para o qual se espera que, ao nível da União Europeia, a condição ultraperiférica do Arquipélago, reconhecida juridicamente no próprio Tratado de Amestardão, possa vir a conhecer um enquadramento, no contexto do direito comunitário, adequado às exigências da insularidade e do isolamento oceânico que marcam o nosso viver. O novo Quadro Comunitário de Apoio não pode, por isso, deixar de ter em conta a realidade açoriana e as suas necessidades.

Dentro do regime económico e financeiro, consagrado no Estatuto Político-Administrativo e com o enquadramento da Lei de Finanças Regionais, a Região Autónoma passou a ter competência para adaptar às suas especificidades o sistema fiscal nacional.

No uso desse poder tributário próprio, a Assembleia Legislativa estabeleceu um quadro normativo que visou atenuar a carga fiscal sobre as pessoas singulares e colectivas, com um duplo objectivo: melhorar as condições de vida dos que residem nos Açores e garantir a criação de emprego e a competitividade das empresas, com actividade na Região, que suportam os custos acrescidos da insularidade.

Sr. Presidente,

Mas nos Açores, a autonomia política é, igualmente, a face concreta da democracia, fruto da revolução de Abril que pôs termo a quase meio século de autocracia e autoritarismo. A autonomia política mais não faz do que situar o âmago do poder no seu verdadeiro lugar: nas mãos do povo e para o seu serviço. Por isso, estamos convictos de que Vossa Excelência não deixará de nos acompanhar na nossa convicção de que cumprir, aperfeiçoar e alargar o exercício da autonomia é, também, cumprir Abril. Permita-me que aproveite a Vossa presença, entre nós, para nos associarmos às celebrações do 25 de Abril e assinalar o Vosso apoio e o Vosso empenho na causa da democracia e do desenvolvimento e, portanto, na causa da autonomia açoriana.

Neste final de século e de milénio, muitos são os desafios que se nos colocam, nos mais variados níveis: do ambiente à educação, da saúde ao emprego, da cidadania e do progresso, em geral.

No estágio de desenvolvimento cultural e sócio-económico, em que nos encontramos, uma das tarefas mais ingentes, do nosso futuro próximo, é criar condições que garantam trabalho e nível de vida compatíveis com as exigências e as aspirações dos açorianos, em particular, com as das novas gerações.

Queremos ser felizes, aqui nos Açores!

Estamos conscientes de que não o conseguiremos isolada e separadamente, mas em estreita colaboração com os órgãos de poder nacionais e comunitários. No quadro do princípio fundamental da subsidiariedade, não nos restam dúvidas, de que o futuro está ao nosso alcance, dependendo da nossa capacidade de pensar o que somos e o que queremos ser.

Termino como comecei. Seja bem vindo, Senhor Presidente da República. E volte sempre!

Disse.

*(Aplausos de toda a Câmara)*

**Presidente:** Vai usar da palavra Sua Excelência o Presidente da República.

**Sua Excelência o Presidente da República** (*Dr. Jorge Sampaio*): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Ilustres Autoridades Civas e Militares, Excelências, Senhor D. António, Excelência Reverentíssima, Minhas Senhoras e Meus Senhores, É com particular prazer que me encontro de novo nesta Assembleia Legislativa, para cuja Sessão Solene de Abertura tive a honra de ser convidado por Vossas Excelências, em Novembro de 1996.

Ao organizar hoje esta Sessão quiseram Vossas Excelências distinguir-me, uma vez mais, com um gesto carregado de simbolismo e significado político.

Ao longo desta visita tenho tido a oportunidade de contactar as populações das diversas ilhas desta bela Região. Mas o vosso convite permite-me dirigir uma mensagem a todo o povo açoriano, através dos seus representantes democraticamente eleitos, valorizando assim, uma vez mais, a legitimidade dos órgãos de governo próprio da Região.

Fui toda a minha vida um democrata. Ao longo de quarenta anos de vida política, encontro como preocupação constante da minha vida política a necessidade de procurar aperfeiçoar os instrumentos do aprofundamento da democracia, tentando encontrar sempre novas formas, quer de aproximação e participação dos eleitores nas instâncias de decisão política quer de garantia de expressão da diversidade de perspectivas para a evolução da nossa sociedade.

Por isso, nunca tive, na realidade, dúvidas quanto à eficácia do modelo de Autonomia Regional para os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Por isso nunca deixei, ao longo destas décadas, de estimular na sociedade portuguesa uma cultura de pluralismo, de respeito pela diferença, pelo debate de perspectivas diversas para a evolução do país e pelo respeito escrupuloso pelas minorias, cuja existência é essencial para a valorização da vida cívica e democrática de Portugal.

Sou, por formação e por cultura política uma pessoa tolerante, valor que prezo acima de tudo como essencial à consolidação de uma sociedade humanista, baseada no respeito pela diversidade da pessoa humana.

Senhor Presidente,

A minha presença aqui cumpre, três objectivos:

O de transmitir ao povo açoriano uma palavra de confiança, mas também de necessidade de coragem persistência na procura de um futuro sempre melhor para Portugal e para esta Região Autónoma.

O de manifestar o meu respeito por esta Assembleia Legislativa Regional e pelos deputados eleitos pelo povo açoriano, que representam no seu conjunto a diversidade de propostas políticas para a evolução da Região.

O de agradecer a vossa penhorante disponibilidade para, nas respectivas ilhas, me acompanharem em todas as visitas, contribuindo com os vossos comentários e ideias para que o Presidente da República possa formar uma opinião mais fundada sobre o presente e o futuro dos Açores. Quero, também, expressar formalmente o meu reconhecimento pela presença constante, amiga e atenta de Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia, ao longo destas duas semanas, em representação desta Assembleia Legislativa. Mas permitam-me ainda a circunstância de me encontrar neste Parlamento, para dedicar uma palavra de particular apreço pela significativa presença ao longo desta visita dos Senhores Deputados eleitos à Assembleia da República.

A todos muito obrigado pela forma com que quiseram distinguir o Presidente na República com a vossa presença. A todos muito obrigado pelo calor humano com que me têm envolvido a mim e à Maria José ao longo destes dias.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados:

A mensagem que vos quero transmitir é de facto uma mensagem de confiança no nosso futuro colectivo.

Vinte e cinco anos após o 25 de Abril, Portugal pode orgulhar-se do caminho que percorreu. Não foram poucas as dificuldades que foi necessário ultrapassar. Mas é indiscutível que o país mudou, e mudou profundamente ao longo destes anos.

Este é o momento de repensar o futuro. Mas é importante não esquecer que se é verdade que percorremos já um longo caminho, era enorme a distância que nos separava dos

países mais desenvolvidos em 1974. E que, por isso, a todos nós está imposta a tarefa de olhar permanentemente para as carências que temos ainda de ultrapassar e de, com a mesma coragem e determinação, debater e definir as políticas que podem permitir sustentar o desenvolvimento do país.

Não me cumpre debater essas políticas. É aos partidos políticos e mesmo à sociedade civil que cabe essa tarefa.

Ao Presidente da República incumbe a responsabilidade de estimular uma visão de futuro que dê continuidade a uma Nação velha de oito séculos da qual todos nos orgulhamos.

Independentemente das políticas concretas, creio que o nosso futuro depende de uma cultura de exigência, que recuse perspectivas facilitistas.

É da capacidade em saber distinguir os sinais de bem estar da existência concreta de condições de desenvolvimento sustentado do país que depende a nossa possibilidade de garantir o futuro de Portugal.

Por isso, o nosso maior investimento tem de ser aquele que assegure a qualidade, que estimule a inovação, que promova uma atitude de avaliação permanente das oportunidades e dos desafios, que incentive a iniciativa individual e combata uma cultura de dependência, que valorize o sucesso baseado em melhores níveis de qualificação e não apenas na simples posse - sempre efémera - de bens materiais.

É às portuguesas e aos portugueses, como é natural, que tenho procurado dedicar o meu mandato. Chamando a atenção para a sua capacidade de iniciativa e de realização. Incentivando-os a olhar para a possibilidade de ultrapassar os problemas. Apelando-lhes a que acreditem sempre na nossa capacidade colectiva como Povo.

Mas esse esforço não pode ser apenas fruto de actos individuais, que por esta ou aquela circunstância asseguraram condições de maior realização pessoal.

É necessário garantir um sistema educativo cada vez mais eficaz, um investimento permanente numa maior qualificação profissional, um estímulo constante a uma cultura científica e tecnológica e condições de acesso eficazes à informação, condição essencial de compreensão e eficácia nas sociedades modernas.

Mas se essas, entre outras, podem ser condições que dependem de políticas, onde o papel do Estado é muito importante, outras dependem de uma consciência individual - e das

acções que nela assentem - baseada numa cultura de partilha de deveres e de responsabilidades.

As condições de desenvolvimento do país, não dependem apenas do desempenho dos governos, ou do esforço dos outros.

Dependem, do meu ponto de vista, de forma decisiva, da consciência que os problemas do país são de todos nós e que só por um esforço de solidariedade nacional os poderemos colectivamente ultrapassar.

No quadro da visita a esta Região, não posso deixar de sublinhar a importância de que se reveste este valor da solidariedade como forma de encontrar resposta aos desafios gerados pela distância e pela dispersão geográfica, bem como pelo agravado atraso em que se encontravam estas ilhas à data do 25 de Abril.

Também nos Açores nos podemos orgulhar do balanço destes 25 Anos.

Esta era uma sociedade bloqueada pela pobreza, pelo isolamento, por um modelo de administração burocrático, ineficaz e incompatível com os desafios e as potencialidades impostas pela geografia do arquipélago.

Foi a Autonomia Regional, ao trazer aos Açores órgãos de governo eleitos e a possibilidade de poder legislar em matérias de interesse próprio que consolidou as bases de uma nova gestão dos recursos físicos e económicos, assegurando um maior desenvolvimento e uma maior projecção da sua cultura e do seu património.

Subsistem todavia sérios problemas de desenvolvimento, para os quais terão de ser encontradas, regional e nacionalmente, respostas específicas.

Esta não é, por isso, apenas uma exigência imposta à Autonomia, mas uma exigência do país que tem de saber prestar a sua solidariedade para com os desafios específicos que se colocam a esta Região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Esta minha visita oficial à Região tem-me permitido aprofundar a consciência da dimensão dos problemas associados a dispersão geográfica do arquipélago. Sairei daqui com a consciência reforçada de que as soluções padrão são insuficientes e inadaptadas a esta realidade. Os problemas gerados pela dispersão geográfica - expressão que prefiro, por produzir uma imagem mais concreta, do que o conceito abstracto de dupla insularidade - necessitam de respostas flexíveis, de maior agilidade legislativa, e da

aplicação do princípio da discriminação positiva, como forma de sustentar um modelo diversificado de oportunidades de progresso económico para as diversas ilhas, com consequências evidentes no equilíbrio demográfico do arquipélago, também ele condição essencial ao desenvolvimento.

Pela minha parte, sabem que podem continuar a contar comigo como defensor da solidariedade nacional necessária à especificidade desta Região Autónoma. A minha convicção reforça-se, aliás, com o conhecimento mais detalhado com que fiquei, do esforço que actualmente se está a fazer no sentido de reforçar, nas áreas de competência própria dos órgãos de governo da Região, todos os mecanismos que possam facilitar e melhorar as condições de articulação dos recursos dispersos, de estímulo à circulação entre as ilhas, de criação de um mercado regional, como forma de garantir maior sustentabilidade ao desenvolvimento e de assegurar melhores condições de realização pessoal e profissional, de bem estar e protecção social.

Quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar uma palavra de estímulo e de incentivo a todos os esforços que já tive a oportunidade de testemunhar no sentido de encontrar respostas imaginativas para transformar a diversidade num património em que assente o desenvolvimento.

Permito-me sublinhar alguns aspectos a que tenho procurado dar uma particular atenção ao longo do meu mandato e que também aqui se revestem da maior importância.

Em primeiro lugar, a necessidade de considerar que o melhor investimento que se pode fazer é o investimento que se fizer nas pessoas. Por isso, a educação deve merecer uma atenção constante. E entendo aqui a educação como a escolaridade de base de todos os cidadãos, bem como a sua formação para o trabalho. Neste sentido, e tive muito gosto em presenciar este exemplo, é muito importante que a escola se saiba adaptar sempre às exigências do mundo de hoje e que seja capaz, com flexibilidade, de dar respostas adequadas às necessidades de desenvolvimento da Região em que está inserida.

Em segundo lugar, uma preocupação com o estímulo a uma cultura de iniciativa e de empreendimento individual. No mundo de hoje, e em particular numa região como os Açores, é necessário desenvolver desde a escola o espírito de iniciativa individual. Julgo dever-se combater a dependência do futuro dos jovens relativamente ao emprego público,

havendo que apoiar as iniciativas empresariais das quais tanto depende o futuro desta Região.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

Como Presidente da República, mas também, se me permitem como ex-Deputado quero saudar na representação plural desta Região todas as forças, toda a iniciativa, toda a capacidade e toda a coragem com que têm levado por diante o desenvolvimento dos Açores.

E, por isso, Senhor Presidente, muitas felicidades para a Assembleia Legislativa Regional. Muitas felicidades para Vossa Excelência. Muitas felicidades para os Senhores Deputados.

Muito obrigado

*(Aplausos de pé de toda a Câmara)*

**Presidente:** Em nome de Sua Excelência o Presidente da República, dou por encerrada a Sessão.

Seguem-se agora os cumprimentos.

*(Eram 12,50 horas)*

---

**O Redactor de 1.<sup>a</sup> Classe, José Rodrigues da Costa**